

O bom cético

Conversar com sujeitos embriagados pelo otimismo é sempre interessante. Eles vivem num outro mundo, composto por sistemas e ideias que são facilmente modificáveis. Tira-se uma peça daqui e a coloca ali. Se for preciso, vez ou outra, convém trocar todas as peças por outras novas, mesmo que nunca tenham sido testadas. Também vale criar novas regras de encaixe, por mais bizarras que pareçam num primeiro olhar e até peças que não sejam encaixáveis entre si.

Para eles, os problemas políticos, econômicos e sociais são questões de ordem técnica exclusivamente: põe-se na prancheta as variáveis, inventa-se uma nova equação e se ajusta em larga escala. Pronto. Um novo arranjo é o suficiente para que todos possam caminhar rumo à felicidade e, o que é melhor ainda, todos os esforços são colocados num plano abstrato, sem qualquer necessidade de intervenção do dado individual na busca da própria excelência pessoal.

O problema dessa visão de mundo reside justamente no desconhecimento real e prático da condição humana, causado por um rebaixamento antropológico dos indivíduos: todo mundo seria igual e se comportaria da mesma maneira sob idênticas circunstâncias.

Essa petição de princípio, falsa em suas premissas, deve ser temperada por uma dose de ceticismo. Não do genuíno ceticismo grego, o que me faria duvidar, no final, daquilo que já teria escrito há pouco no começo, mas de uma atitude de questionamento para opiniões e crenças que são apresentados como fatos incontestáveis. Eis o bom cético.

Questões como as atuais e reinantes pautas de gênero, de descriminalização das drogas, de multiculturalismo, de casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre outras, caminham pelas sendas impecáveis imaginadas por aqueles mesmos otimistas.

Nesses pautas, esses otimistas buscam eliminar as velhas rotinas e mudar as coisas em proveito próprio. Estão tão propensos a consultar o pretérito como um exército em debandada está propenso a defender suas posses territoriais. No fundo, esses otimistas almejam estar do lado vitorioso e com o menor esforço pessoal possível.

O bom cético não é uma vela ao vento: evita se influenciar pelas correntes, enfatiza as restrições e os limites, lembra-se da imperfeição e da fragilidade da condição humana e, em suas deliberações, os mortos e os não nascidos têm voz, porque se sente inserido numa cadeia de tradições e numa continuidade histórica, onde o devir é alimentado por uma esperança com os pés no chão.

O bom cético não idolatra os seres humanos, mas perdoa seus defeitos e luta por sua emancipação. Limita nossas ambições na esfera pública, mantém abertas as instituições e os costumes consagrados pela destilação do tempo e se aprimora das falhas verificadas. Não mira algum novo arranjo em que erros nunca serão cometidos.

O bom cético reconhece que a sabedoria raramente está contida numa única cabeça e é mais provável que ela não esteja nos esquemas e planos cartesianos dos otimistas de plantão. Tome-se, por exemplo, a crescente tendência de transferência da culpa e do ressentimento. Como diz um amigo, “a culpa é minha e eu a coloco em quem eu quiser”.

Quando o infausto atinge-me, arranjo um motivo para buscar uma coletividade ou um ente de razão

que o teria provocado e sobre os quais posso lançar a pedra da culpa. A responsabilidade pelo meu erro ou meu fracasso decorre exclusivamente do acerto ou do sucesso alheio e, por isso, não preciso compreendê-lo para saber onde eu faltei.

O conhecimento de que precisamos para entender os problemas humanos não é derivado da experiência de uma única pessoa e não pode ser deduzido aprioristicamente de umas leis universais. Esse conhecimento nos é dado pelos costumes, instituições e hábitos de pensamento que foram sendo moldados ao longo de gerações, por meio de tentativas e erros de seus indivíduos.

Eliot dizia ser difícil para o homem suportar tanta realidade. Sem dúvida. Menos para os bons céticos, cujo ceticismo torna essa mesma realidade menos difícil. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 26/04/2017, Página A-2, Opinião.

RESENHA; Roger Scruton: “As Vantagens do Pessimismo” (E o perigo da falsa esperança) - por Pablo G. Blasco

LIVRO: Roger Scruton: “As Vantagens do Pessimismo” (E o perigo da falsa esperança). É Realizações. São Paulo. 2015. 207 pgs.

✘ De que pessimismo nos fala Scruton? Na verdade, trata-se de um discernimento da realidade, de visualizar que vivemos entre seres humanos falíveis, e não num universo de sistemas e ideias que são facilmente modificáveis. Os problemas da humanidade não são questões de ordem técnica, como pensam os que ele denomina otimistas inescrupulosos. Estes são aqueles que acreditam que as dificuldades e desordens da humanidade podem ser superadas por algum tipo de ajuste em larga escala: é suficiente desenvolver um novo arranjo, e as pessoas caminharão para o sucesso. Desse modo, todos os esforços são colocados num plano abstrato e nenhum sequer é situado no campo da virtude pessoal. Essas são as falsas esperanças dos otimistas teóricos que devem ser temperadas com a dose certa de pessimismo, que não é outra coisa mais do que conhecimento real e prático da condição humana. O raciocínio de Scruton é claro, o que associado a uma tradução magnífica, permite acompanhar a lógica do seu discurso sem necessidade de comentários explicativos.

Esses otimistas perigosos e criticados são os que eliminam velhas rotinas, e querem mudar as coisas em proveito próprio. Estão tão propensos a consultar o passado como um batalhão que luta pela sobrevivência está propenso a proteger seus monumentos. O que eles querem é estar do lado vitorioso. Com o menor esforço pessoal possível. O pessimista sensato, não se deixa levar pelas correntes, enfatiza as restrições e os limites, lembra-se da imperfeição e da fragilidade da condição

humana. Nas suas deliberações, os mortos e os não nascidos tem a mesma voz, porque sente-se inserido nas tradições e na história. E saber utilizar a dose de pessimismo para temperar as esperanças que, de outra forma, podem nos arruinar.

O pessimismo judicioso nos ensina a não idolatrar os seres humanos, mas a perdoar seus defeitos e a lutar por sua recuperação. Ensina-nos a limitar nossas ambições na esfera pública e a manter abertas as instituições, os costumes e os procedimentos em que os erros são corrigidos e as falhas confessadas, em vez de mirar algum novo arranjo em que os erros nunca são cometidos. O pior tipo de otimismo é aquele que animava Lenin e os bolcheviques, que fazia com que acreditassem que haviam colocado a humanidade na trilha das soluções dos problemas da história, e que fez com que também destruíssem todas as instituições e todos os procedimentos pelos quais os erros podem ser corrigidos.

A utilização principal do pessimismo é retirar aquela postura solitária e conduzir à verdadeira primeira pessoa do plural. As pessoas escrupulosas, que temperam a esperança com uma dose de pessimismo, são aquelas que reconhecem limitações, não obstáculos. (..). Reconhecem que a sabedoria raramente está contida em uma única cabeça, e é mais provável que esteja consagrada em costumes que resistiram ao teste do tempo do que nos esquemas dos radicais e dos ativistas.

Quando falta essa sadia dose de pessimismo para temperar a vida, deixaremos de ver, por exemplo, o mundo financeiro como sendo composto de seres humanos, com todas as suas fraquezas morais e projetos pessoais, e passaremos a vê-lo como composto de gráficos e índices (taxas, juros, moedas) que em si são meras abstrações cujo valor econômico depende exclusivamente da confiança das pessoas nelas. E dá no que dá.

Muito interessante o comentário sobre o fracasso da revolução de 1968, a nível social e econômico. Não foram abaladas as bases das democracias ocidentais. Mas sobrou um reduto que se concentra e domina os departamentos de ciências sociais de todo o mundo ocidental. No coração do curriculum de humanidades podemos encontrar todas as falácias que, na prática, fracassaram nos espasmos revolucionários de 68. Uma falácia utópica, onde eles veem o mundo de um modo diferente. Desprezam a experiência e o senso comum, e colocam no centro um projeto que está “imune à refutação”. Os milhões de mortos ou escravizados não são suficientes para refutar a utopia, mas simplesmente fornecem a prova das maquinações diabólicas que foram postas no seu caminho. Isso é o que caracteriza os estados totalitários: a necessidade constante e implacável de encontrar uma classe de vítimas, a classe daqueles que se atravessam no caminho da utopia e impedem a sua implementação.

Outro ponto de destaque é a transferência da culpa e do ressentimento. “Quando você transfere ao outro o seu ressentimento consegue evitar o custo de compreendê-lo, que é o custo do autoconhecimento. Nada mais cómodo do que dizer que conspiram contra o teu projeto, ao invés de refletir sobre ele, e de confrontá-lo com a experiência quotidiana e histórica (...)O otimista inescrupuloso confronta a crítica com um argumento de transferência de ônus, dizendo que cabe a você, o pessimista cauteloso, provar que os costumes e as tradições que eu condeno trazem realente uma contribuição para o bem comum. Mesmo os costumes que sobrevivem ao teste do tempo não são argumento que satisfaça os otimistas. Eles nos colocam na disjuntiva de ter que provar que funcionam, que são benéficos para a maioria (...). Quando coisas ruins acontecem, especialmente, quando acontecem comigo, tenho um motivo para buscar a pessoa, o grupo, a coletividade que as

provocou, e sobre as quais as culpas podem ser lançadas. É mais uma falácia onde a prova da culpa está no sucesso do outro, que acarreta a minha desgraça. O antiamericanismo tem aqui suas raízes”.

Isso implica deixar de viver por meio de esquemas e planos, não culpar os outros por nossos enganos e fracassos, deixando de pensar a nosso respeito como se fôssemos dotados de algum tipo de inocência angelical que somente a corrupção da sociedade nos impede de exibir e desfrutar. Envolve uma postura de solicitude -com as instituições, os costumes e as soluções consensuais. Envolve um reconhecimento de que é mais fácil destruir do que criar e de que cumprimos a nossa missão na terra se cuidamos do pequeno canto que é nosso e levamos este “nosso” ao coração.

A forma mais simples de explicar o comportamento de qualquer organização burocrática é supor que ela é controlada por uma conspiração de seus inimigos. Como Lenin ilustrou, o pior tipo de governo não é aquele que comete enganos, mas aquele que, ao cometer os enganos é incapaz de corrigi-los. Quando os poderes do governo são divididos de maneira apropriada, e quando aqueles com soberania podem ser destituídos pelo voto, os enganos podem ser remediados.

Traz um pensamento de Burke para o mundo moderno, que faz pensar na insensatez do messianismo que, espasmodicamente, aparece aqui e acolá: “O conhecimento de que precisamos nas circunstâncias imprevisíveis da vida humana não é derivado da experiência de uma única pessoa nem contido nela, e também não pode ser deduzido a priori de leis universais. Esse conhecimento nos é concedido pelos costumes, pelas instituições e pelos hábitos de pensamento que foram sendo moldados ao longo de gerações, por meio de tentativas e erros das pessoas, muitas das quais pereceram no curso de sua aquisição”.

No final do livro, Scruton nos proporciona um bom projeto de vida: “A felicidade não resulta de uma busca do prazer e tampouco é garantida pela liberdade. Ela surge do sacrifício: essa é a grande mensagem que nos chega por meio de todos os trabalhos memoráveis de nossa cultura. Trata-se da mensagem que foi perdida em meio à algazarra das falsas esperanças, mas que, parece-me, pode ser ouvida mais uma vez se devotarmos nossas energias à sua recuperação”. Proposta audaciosa e difícil, porque nos inclinamos uma vez e outra ao engano, a transferir a culpa, a desfocar a perspectiva da verdade. Afinal, como ele mesmo afirma com palavras de T.S. Eliot, “é difícil para a espécie humana suportar tanta realidade”.

Pablo González Blasco é médico (FMUSP, 1981) e Doutor em Medicina (FMUSP, 2002). Membro Fundador (São Paulo, 1992) e Diretor Científico da SOBRAMFA - Sociedade Brasileira de Medicina de Família, e Membro Internacional da Society of Teachers of Family Medicine (STFM). É autor dos livros “O Médico de Família, hoje” (SOBRAMFA, 1997), “Medicina de Família & Cinema” (Casa do Psicólogo, 2002) “Educação da Afetividade através do Cinema” (IEF-Instituto de Ensino e Fomento/SOBRAMFA, São Paulo, 2006) , “Humanizando a Medicina: Uma Metodologia com o Cinema” (São Camilo, 2011) e “Lições de Liderança no Cinema” (SOBRAMFA, 2013). Co-autor dos livros “Princípios de Medicina de Família” (SOBRAMFA, São Paulo, 2003) e *Cinemeducation: a Comprehensive Guide to using film in medical education*. (Radcliffe Publishing, Oxford, UK. 2005).

Publicado originalmente em 27/03/2017 em <

Otimistas Sem Escrúpulos

Há algum tempo, tive a rara oportunidade de, na carreira, enfrentar uma turma bem engajada na defesa da posse de uma terra que não lhe pertencia. Foi criado até um concerto conciliatório institucional e judicializado, formado por trinta e cinco membros pertencentes dos poderes públicos das três esferas governamentais, além de advogados, defensores, promotores e representantes dos movimentos sociais.

Um verdadeiro soviete bolchevique pós-moderno, cuja palavra de ordem, a indicar bem o tom de seu propósito, era o de buscar a “justiça social” no caso concreto, nem que, para isso, a conciliação fosse consumada a foice e martelo: uma conciliação coativa ou uma “conciliação”.

Nesse concerto “concilioativo”, chamado de “Grupo de Apoio às Ordens de Reintegração de Posse”, constatei que, se o movimento de Maio de 68 foi um fracasso em termos políticos, sua mensagem emancipatória cravou a fundo o corpo social, porque, de lá para cá, a cultura e os valores foram alarmantemente politizados em prol de uma espécie de utopia reformista.

O problema das utopias reformistas, desde os jacobinos, é o de se pretender reconfigurar a convivência política a partir do zero, um verdadeiro mito ilustrado, sem qualquer referência a um rol de bases morais pré-políticas das instituições de uma sociedade, sem o qual uma comunidade não se funda e, pior, não se perpetua.

Para os defensores das utopias reformistas, esses bravos “otimistas sem escrúpulos”, as instituições são completamente falhas em sabedoria e justiça e essa falha não advém da natureza humana de seus membros, mas é intrínseca ao sistema de poder estabelecido. Por isso, eles se opõem a esse sistema e, como paladinos da “justiça social”, emanciparão a antiga queixa dos oprimidos por aquelas instituições.

Ao unir o clamor emancipatório aos pressupostos da dita “justiça social”, nosso jacobino contemporâneo passa a defender os interesses da humanidade, mesmo quando se inclina de forma contundente aos seus propósitos reformistas, já que esses objetivos são tão superiores aos interesses estabelecidos, a redimir toda ação feita em prol daqueles propósitos. É por isso que a violência escarlate, que costuma, na prática, seguir esses discursos róseos, torna-se justificada sem nenhum pudor, quando não é objeto de regozijo coletivo e “virtuoso”.

Nenhuma escatologia histórica liberta. Pelo contrário, costuma atrair os bons espíritos para o erro e, logo, acaba por aliená-los da realidade. O ideário do jacobino contemporâneo, ao projetar um messianismo político redentor das iniquidades sociais, a ser implementado a partir de um novo marco primordial, resulta frívolo e falacioso, porquanto reflete a realidade equivocadamente, ao ignorar os efeitos despersonalizadores que tais utopias provocam nos indivíduos, sobretudo em

termos de responsabilidade moral.

Minha sensação, no seio daquele grupo formado, em boa parte, por “otimistas sem escrúpulos”, era a de que se pretendia melhorar a sorte habitacional dos invasores por intermédio de políticas públicas abstratas sem apelar à responsabilidade destes. Toda proposta conciliatória levantada, se fantasiosa, era respondida, por mim, socraticamente, com uma indagação cética. Até o momento em que, esgotadas todas as ideias quiméricas, impus um fim realista àquela pantomima imaginária: com prudência judicial, determinei a expedição do mandado de reintegração de posse, cujo efeito veio a ser sustado, por meio de um obtuso recurso, pela pena de um ministro. Otimista e sem escrúpulos.

Jacobinismos contemporâneos à parte, a grande lição desse episódio profissional foi a de que nossa tarefa consiste em lutar, no presente, por uma constituição relativamente melhor da existência comunitária e fazê-lo de maneira a preservar o bem já obtido, superando os males pendentes e resistindo à irrupção das forças destrutivas. No fundo, ser um otimista. Mas com escrúpulos. Em respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal *Correio Popular*, edição 21/09/2016, Página A-2, Opinião.

Dom Quixote e a superação da melancolia (por Renato José de Moraes)



El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha é um clássico autêntico. Segundo as sempre discutíveis normas de “leituras obrigatórias para se chamar culto”, a obra de Cervantes costuma estar entre as primeiras leituras exigidas. No entanto, referir-se a uma “obrigação de ler” quando falamos do *Quixote* soa estranho, pois fruir do livro de Cervantes é antes um enorme prazer, uma autêntica dádiva! O mesmo não acontece com a maioria dos livros chamados “canônicos”, muitos dos quais têm o dom de enfadar e afastar da leitura as vítimas que se julgam obrigadas a enfrentá-los (não vamos citar exemplos, para evitar ferir suscetibilidades...).

Cabe então perguntar: por que *Dom Quixote* é um livro tão bom? Qual a razão de ser sempre contemporâneo a nós, muito mais do que a quase totalidade dos livros recém-lançados? Como Cervantes tornou a sua criação um dos livros mais importantes e deliciosos de todos os tempos?

Responder a essa pergunta não é fácil. A apreciação da grande arte dificilmente pode ser traduzida em palavras ou raciocínios. Antes, experimentamos que algo é grandioso e excepcional, mas não sabemos explicar exatamente o porquê. Há um mistério da arte, que tocamos de maneira especial ao examinar um livro como *Dom Quixote*. Apesar dessa dificuldade, vamos tentar traçar algumas

considerações que nos ajudem a desfrutar dessa leitura, ao mesmo tempo em que buscamos desvendar parte desse mistério próprio da arte.

Começamos com a vida de Cervantes. Sua personalidade formou-se em um ambiente peculiar - a Espanha do final do século XVI e início do século XVII -, durante uma vida cheia de percalços e aventuras, elementos todos que se refletirão em sua obra. Assim, é importante conhecer algo da vida do criador, de modo especial os eventos marcantes, que nos esclarecerão aspectos do seu livro.

Miguel de Cervantes y Saavedra nasceu, provavelmente, em 29 de setembro de 1547, em Alcalá de Henares, uma cidade de Castela. Sua família não tinha lá muitos meios econômicos, e seu pai, um modesto cirurgião, chegou a ser preso por dívidas. Em 1569, publicou a sua primeira poesia, e nesse mesmo ano foi para a Itália, fugindo por haver ferido em duelo um fidalgo (embora não seja certa essa atribuição, pois há quem argumente que se trataria de um homônimo).

Pouco depois, em 7 de outubro de 1571, participou da batalha naval de Lepanto, destacando-se pelo heroísmo. Nesse evento singular, por ele mesmo descrito como “a mais alta ocasião que viram os séculos passados, os presentes, e que não esperam ver os vindouros”, teve a mão ferida em combate.

Em 1575, quando voltava para a Espanha, seu barco foi capturado por corsários turcos, que o levaram cativo para Argel, onde passaria cinco anos. Neste período, tentou fugir quatro vezes, sempre levando seus companheiros; capturado todas as vezes, sempre assumiu diante das autoridades turcas a responsabilidade pelas tentativas de fuga. Decidiu-se deportá-lo para Constantinopla, de onde a fuga seria impossível. No dia 19 de setembro de 1580, quando já estava no navio “com duas correntes e um grilhão”, dois padres trinitários trouxeram a quantia exigida pelo seu resgate e o libertaram.

Ao voltar à Espanha, Cervantes relacionou-se com uma mulher casada, com a qual teve uma filha, Isabel. Em 1584, casa-se com Catalina de Salazar y Palacios, jovem de 22 anos. No ano seguinte, publicou *La Galatea*, uma novela pastoril. Durante esses anos, trabalhou como provedor de mantimentos para as galeras reais, e foi acusado - tudo indica que injustamente - de haver vendido trigo sem autorização, o que acarretou em sua primeira prisão, em 1592. Seria preso novamente em 1597, por não pagamento de dívidas, em consequência da quebra do banqueiro junto ao qual depositara quantias relacionadas com o seu trabalho. Foi nesses três meses de cárcere que começou a escrever o *Don Quijote de la Mancha*...

A primeira parte deste livro foi publicada em 1604, e seu sucesso foi grande e imediato; no entanto, não acabaram aí as dificuldades na vida do nosso herói. Em 1605, uma pessoa foi morta em frente à sua casa em Valladolid, e esse fato levou-o novamente à prisão por uns poucos dias, sendo depois comprovada a sua inocência. E não faltaram falatórios suspicazes sobre a moralidade do seu lar, no qual também moravam as suas irmãs.

A partir de 1613, impulsionados pelo sucesso de *Dom Quixote*, foram publicados outros livros de Cervantes, sendo o último o já póstumo *Persiles y Segismunda* (1617). O êxito literário que encontrou junto ao público não trouxe consigo o reconhecimento das suas excepcionais qualidades de escritor pelos seus “colegas de profissão” (afinal, dizem que “é a inveja que move o mundo”...). Numa época em que os livros eram caros e os direitos autorais oscilavam entre míseros e inexistentes, a remuneração de um autor dependia essencialmente de mecenas, a que tinha acesso

por meio dos seus pares; e o resultado foi que Cervantes encontrou na miséria uma companheira constante dos seus anos.

Morreu em Madri, em 22 de abril de 1616, e foi enterrado em um convento de freiras trinitárias, entre as quais talvez estivesse a sua filha Isabel de Saavedra. As *monjas* mudaram-se pouco depois para outro convento, e com isso perdeu-se o rastro do seu túmulo. Por isso, não é possível hoje identificar os seus restos.

Esses poucos dados da vida de Cervantes servem para mostrar um aspecto um tanto surpreendente: a antítese entre uma existência cheia de desilusões e dificuldades, e uma obra com um fundo alegre e otimista.

Realmente, Cervantes nada tem de atormentado, mas mostra-se alguém que cresce diante das dificuldades sem se deixar abater por elas. Mais ainda, parece que o sofrimento torna o seu humor mais aguçado e verdadeiro, porque não esquecia a realidade da aflição e da desgraça. Em certo sentido, podemos aplicar a ele os versos de Manuel Bandeira, tão distantes do modo de pensar hedonista e burguês:

Que só é verdadeiramente vivo o que já sofreu.

Nesse mesmo sentido, impressiona a serenidade com que escreve sobre a morte que se avizinha, em uma dedicatória na qual cita uns versos então bem conhecidos:

*“Puesto ya el pie en el estribo,
con las ansias de la muerte,
gran señor, ésta te escribo.*

“Ontem deram-me a extrema-unção, e hoje escrevo esta; o tempo é breve, as ânsias crescem, as esperanças mínguam, e com tudo isso levo a vida com o desejo que tenho de viver [...]. Mas se está decretado que tenha de a perder, cumpra-se a vontade dos céus”.

Um livro como o *Dom Quixote* só podia ser produzido por alguém com essa têmpera. As dificuldades da vida não foram capazes de criar nele o desespero ou a amargura – tão característicos de uma época de vitalidade mais frágil, como a nossa -, mas serviram de fundamento para uma construção artística otimista e admirável. Penso que a maioria de nós, se tivéssemos passado pela metade do que sofreu Cervantes, se encerraria provavelmente em um quarto escuro, remoendo as próprias amarguras e refletindo sobre como o mundo é injusto e como todos são infelizes. Já o nosso autor relevou – melhor ainda, assimilou – tudo isso e o plasmou no *Quixote*.

Por mais interpretações negativas que se tenham formulado sobre esta obra (“sublimação do fracasso”, “sarcasmo amargo”), por mais que tenham tentado descobrir nela amargura e supostas “tragédias”, o *Dom Quixote* é inegavelmente um livro humorístico, e mais, de um humor leve e amável. Essa opinião, sustentada por Martín de Riquer no admirável estudo *Cervantes y el “Quijote”*, também encontra guarida no Prólogo do livro, em que Cervantes põe na boca de um amigo imaginário estas palavras:

“Procurai também que, ao ler vossa história, o melancólico seja movido ao riso, o risonho ria mais, o simples não se canse, o discreto se admire da imaginação, o grave não a despreze e o prudente não

a deixe de louvar”.

Não há dúvida que Cervantes foi bem sucedido ao seguir esse conselho, pois “quem não ri ao ler o *Dom Quixote*, ou não entendeu o romance, ou não possui a capacidade de rir” (Martín de Riquer).

Esse humor surge já da finalidade primeira do livro, que é “derrubar a máquina mal-fundada dos livros de cavalaria, detestados por tantos e louvados por muitos mais” (Prólogo). Os romances de cavalaria – os *best-sellers* da época – enchiam a cabeça dos leitores com narrativas inverossímeis e de baixa qualidade artística. Foi o que aconteceu com Dom Quixote, que

“enfrascou-se tanto na sua leitura que passava as noites lendo de claro em claro, e os dias de turvo em turvo; e assim, do pouco dormir e do muito ler, secou-se-lhe o cérebro, de maneira que veio a perder o juízo”.

Por outro lado, o romance “não é uma sátira da cavalaria ou dos ideais cavaleirescos, [...] mas a paródia de um gênero literário muito em voga durante o século XVI. O *Quixote* não é, como creram alguns românticos, uma burla do heroísmo e do idealismo nobre, mas sim a burla de uma espécie de livros que, por seus exageros extremos e sua falta de medida, punham em ridículo o heróico e o ideal” (Martín de Riquer).

Cervantes não tem um espírito cético ou irônico – como o encontramos em Machado de Assis ou em Montaigne -, mas um olhar compreensivo e terno para com o ser humano. Por isso, há diversos momentos de nobreza em seu livro, muitas vezes em personagens secundárias; aliás, não podemos esquecer que o próprio autor foi heróico inúmeras vezes, de modo especial em Lepanto e no seu cativeiro em Argel.

Sendo a sua intenção desmoralizar os livros de cavalaria, Cervantes fez muito mais do que isso: como acontece freqüentemente com os grandes escritores, sua obra acaba sendo muito melhor do que a encomenda. Dom Quixote e Sancho Pança formam uma dupla que passa por aventuras que nos emocionam, elevam e divertem. O diálogo entre os dois é fundamental para o bom desenvolvimento do romance, e o autor introduz nele inúmeras pérolas de sabedoria, sempre com graça e oportunidade. Assim, o *Dom Quixote* nos leva a refletir sobre a vida, a honra, a nobreza, a fidelidade, o idealismo, ao mesmo tempo que a estória do cavaleiro e do seu escudeiro se desenrola à medida que encontram personagens secundárias muito bem construídas: nobres, fazendeiros, hospedeiros, mulheres da vida, letrados, barbeiros, e assim por diante.

Temos diálogos e aventuras em justa medida, com os episódios ligando-se com naturalidade e enriquecendo-se mutuamente. Aqui vemos que Cervantes é escritor de qualidades excepcionais, que sabe contar maravilhosamente histórias simples. A sua prosa é de uma leveza, de uma fluidez, de uma plasticidade e expressividade praticamente insuperáveis. Embora encontremos muitas páginas admiráveis em outras obras suas, especialmente nas *Novelas ejemplares*, poucas atingiram a qualidade do seu escrito mais famoso.

Otto Maria Carpeaux, no sugestivo “Ensaio de análise em profundidade”, lembra-nos de que “a literatura universal chega ao cume na criação daquelas personagens típicas, representantes simbólicas da humanidade”. Aqui encontramos novamente uma pista da grandiosidade do Quixote, símbolo de toda a humanidade (juntamente com seu fiel escudeiro...). Na sua loucura, considerava-se um cavaleiro andante chamado a vencer gigantes, salvar princesas, desfazer todo gênero de agravos, “granjear fama e renome eternos”. No entanto, a verdade é que se debatia com moinhos de vento, chamava de elmo a bacia de um barbeiro, era espancado com uma freqüência muito maior que a desejável... Enfim, havia uma enorme distância entre o que pensava de si e a realidade dos seus “feitos”, e isso é parte fundamental da sua loucura.

Somos forçados a reconhecer humildemente que todos temos muito *dessa* loucura. Julgamo-nos heróis, sábios, nobres e importantes, mas acabamos deparando-nos com a realidade da nossa mediocridade, mesquinhez, covardia e comodismo. Muitas vezes custa-nos aceitá-lo, e reagimos como o nobre cavaleiro, que atribuía a maior parte das suas desgraças à inveja de “encantadores e magos”.

Ao mesmo tempo, a loucura ajuda-nos a buscar metas mais altas, que os “prudentes” consideram tolas, mas que dão sentido aos nossos esforços. Somos bem menos do que pensamos, mas... que seria de nós sem os sonhos? Sem ideais, a vida do homem não vale nada, e o *Dom Quixote* lembra-nos disto. A loucura de Alonso Quijano, o bom, fez dele o Dom Quixote de La Mancha; e graças a isso -

entre muitas surras, situações ridículas e decepções -, o cavaleiro realizou também grandes feitos, ajudando a consertar a vida de boa parte das pessoas que o rodeavam. Podemos colocar na boca do Cavaleiro da Triste Figura aquilo que Fernando Pessoa atribuía a Dom Sebastião de Portugal:

*Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?*

Haveria muito mais que falar sobre esse livro. Mas terminemos agradecendo a Cervantes por nos ter dado o seu *Dom Quixote*. Este, florescendo em um terreno marcado por contratempos e tristezas, mostra-nos que o seu autor soube superá-las; que, se era um grande escritor, soube ser um ser humano ainda maior.

Renato José de Moraes é Mestre pela Faculdade de Direito da USP e professor do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS).

Texto publicado na revista-livro do Instituto de Formação e Educação (IFE), *Dicta&Contradicta*, Edição nº 2, Dez/2008. Disponível [online] no link: <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-2/dom-quixote-e-a-superacao-da-melancolia/>

Tags: Ceticismo, Otimismo, Questionamento, Realidade,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/o-bom-cetico-andre-fernandes/>